
A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Iury Fagundes da Silva¹
Suellen Teixeira Nascimento²
Annie Gomes Redig³

INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil, as pesquisas estão diretamente vinculadas às universidades e demais instituições que buscam desenvolver produções do conhecimento científico. Uma premissa fundamental da atividade de pesquisa é a relação entre a comunicação do conhecimento criado por pesquisadores, profissionais das mais diversas áreas e a sociedade como um todo.

Conforme Silva (2004) salienta, o canal de publicação que é mais utilizado pelos pesquisadores para divulgar suas pesquisas é a publicação destas em artigos científicos em periódicos. Os artigos publicados constituem um padrão que abordam pesquisas que são relevantes para o âmbito acadêmico.

Faz-se necessário, no entanto, problematizar a inclusão escolar de pessoas com deficiência refletindo sobre os mecanismos que ainda ampliam as barreiras enfrentadas por estes sujeitos na Educação Superior.

O Brasil vem aos poucos consolidando uma trajetória mais visível e consistente em relação a elaborações de legislações e políticas pensadas na inclusão das pessoas com deficiência nesse segmento educacional. Conforme previsto no capítulo IV da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (BRASIL, 2015), a educação deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino, além de garantir condições de acesso, participação, aprendizagem e permanência, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras.

Moreira (2005) afirma que mesmo com todas as políticas voltadas a este público, as universidades devem assegurar o direito à educação e à igualdade de oportunidade àqueles discentes

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PROPED – UERJ). E-mail: iuryfagundes9@gmail.com

² Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PROPED – UERJ). E-mail: suellentn@yahoo.com.br

³ Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: annieredig@yahoo.com.br

que de certa forma não fazem parte do contexto padronizado de alunado, onde se enquadram os estudantes com deficiência, entre eles os graduandos com deficiência. Partindo desse pressuposto, a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, será objeto de análise deste presente estudo a partir das pesquisas publicadas na Revista Educação Especial.

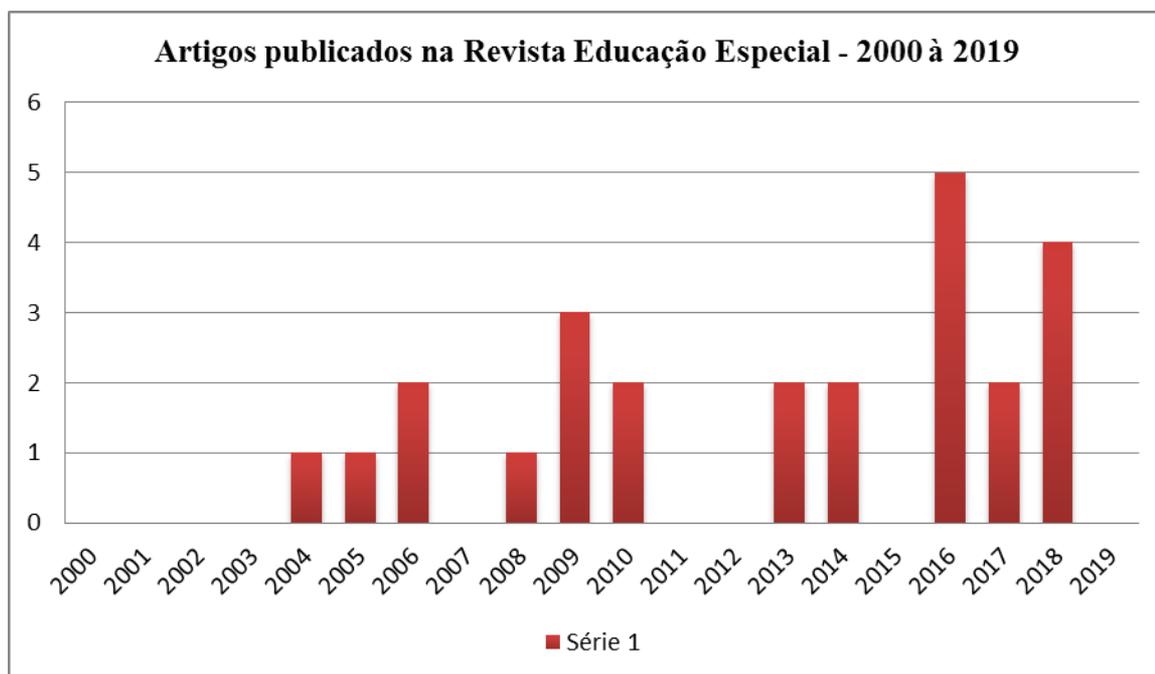
METODOLOGIA

Para o processo de elaboração desta pesquisa utilizamos como metodologia a revisão integrativa que conforme Souza, Silva e Carvalho (2010, p.102) salientam, “proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática”. Portanto, para essas autoras (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010) a metodologia em questão refere-se a um estudo que por meio de levantamento bibliográfico e abordagem metodológica, no que diz respeito às revisões, permite dialogar com as experiências vivenciadas pelos autores, possibilitando uma compreensão completa da pesquisa em questão.

Este levantamento foi realizado com base nos artigos publicados na Revista Educação Especial desde o início das publicações online, em 2000, até a publicação mais recente de 2019 (volume 32) e com o intuito de desenvolver uma pesquisa teórico-reflexiva (REDIG; BURKLE, 2009; REDIG; MASCARO; GLAT, 2011), a coleta de dados baseou-se na identificação e leitura dos trabalhos e criação de categorias para análise da vertente a ser investigada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados 658 artigos publicados na Revista Educação Especial no período de 2000 a 2019, que contemplam as mais variadas vertentes educacionais no âmbito da educação inclusiva. Todavia, sobre a temática da inclusão de pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior – IES encontramos 25 trabalhos distribuídos da seguinte forma: 2004, 1 artigo; 2005, 1 artigo; 2006, 2 artigos; 2008, 1 artigo; 2009, 3 artigos; 2010, 2 artigos; 2013, 2 artigos; 2014, 2 artigos; 2016, 5 artigos; 2017, 2 artigos; 2018, 4 artigos. Já nos anos 2000, 2001, 2002, 2003, 2007, 2011, 2012, 2015 e 2019 (até o volume 32), não tiveram artigos publicados relacionados à temática abordada, como pode ser observado no gráfico a seguir:



A partir da análise dos 25 textos selecionados (RODRIGUES, 2004; MOREIRA, 2005; CASTANHO; FREITAS, 2006; PACHECO; COSTAS, 2006; PEREIRA, 2008; ROCHA; MIRANDA, 2009; AUAD; CONCEIÇÃO, 2009; ORÚS, 2009; DUARTE; FERREIRA, 2010; GLAT; PLETSH, 2010; CAMBRUZZI; COSTA; DENARI, 2013; COSTA; KELMAN, 2013; MARQUES; GOMES, 2014; ANACHE; ROVETTO; OLIVEIRA, 2014; LANA; CASTRO; MARQUES, 2016; TASSA; CRUZ, 2016; PEREIRA; SILVA; FACIOLA; PONTES; RAMOS, 2016; MENDES; BASTOS, 2016; SILVA; DORE, 2016; ANDRADE; ALENCAR, 2017; CORRÊA; SANDER; MARTINS, 2017; FREITAS; SILVA, 2018; DANTAS, 2018; SILVA; SILVA, 2018; ZILLOTTO; SOUZA; ANDRADE, 2018) verificamos a necessidade de dividi-los em seis categorias para melhor organização da pesquisa: 1- Acesso e/ou permanência na universidade; 2- Profissionais como agentes da inclusão; 3- Acessibilidade; 4- Evasão universitária; 5- Desenvolvimento social e/ou cognitivo; 6- Identidade.

O gráfico a seguir, mostra por meio desta categorização, a proporcionalidade de trabalhos que abordam a questão da Inclusão Universitária. Importante destacar que um artigo pode ter sido classificado em mais de uma categoria.

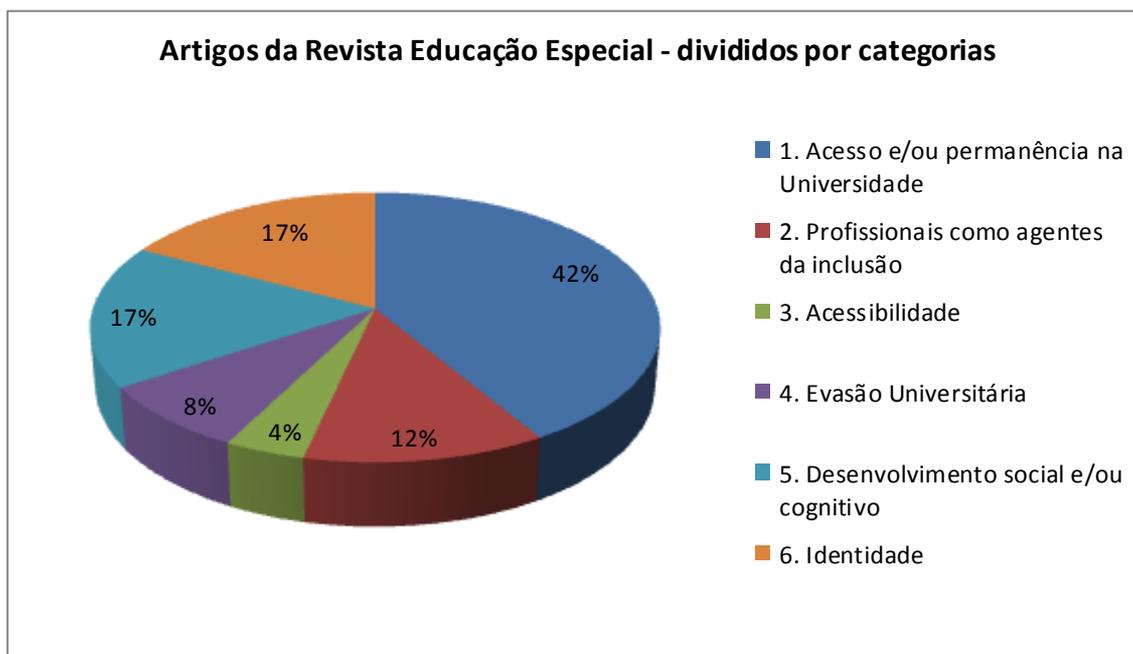


Gráfico 1. Artigos da Revista Educação Especial – divididos por categoria

De acordo com as categorias criadas, na primeira, *Acesso e permanência na Universidade*, observamos que as pesquisas concordam quanto a necessidade de que as universidades se modifiquem a fim de que a inserção e permanência dos alunos com deficiência ocorram de fato. Segundo Castanho e Freitas (2006), a universidade é um lugar onde os valores e práticas da educação inclusiva precisam ser vivenciadas e o projeto de organização universitária deve implementar ações com políticas públicas que favoreçam uma educação de qualidade para todos.

Pacheco e Costas (2006) analisaram o processo de inclusão na Universidade Federal de Santa Maria e constataram por meio de dados colhidos com os coordenadores dos cursos que não existe uma política institucional para orientar a efetivação do processo inclusivo. Pereira (2008) investigou as trajetórias acadêmicas dos alunos com deficiência que entraram na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul pelo sistema de cotas entre 2002 e 2005 e verificou a implantação da reserva de vagas provenientes das ações afirmativas. Os resultados evidenciaram a ocorrência de dificuldades que se concentram no processo de ensino aprendizagem e a necessidade de ações específicas, voltadas para essa parcela da população acadêmica.

As pesquisas selecionadas nessa categoria assentiram ainda que a permanência desses estudantes na Educação Superior ocorre em meio a dificuldades, como falta de materiais adequados,

preconceito e orientam a elaboração de práticas inclusivas que fortaleçam os serviços disponibilizados aos estudantes universitários com deficiência.

Na segunda categoria, *Profissionais agentes da inclusão*, Corrêa, Sander e Martins (2017) destacam que a presença e atuação do intérprete de Libras no contexto universitário buscam amenizar os obstáculos de comunicação e aprendizagem encontrados por estudantes surdos. Os universitários surdos enfatizaram a importância da presença desse profissional na sua formação acadêmica, reforçando a necessidade de medidas institucionais que apoiem a oferta, sem restrição, para efetivação da sua contratação no contexto universitário.

Sobre a terceira categoria, *Acessibilidade*, Cambuzzi, Costa e Denari (2013) analisaram as rotas quanto a sua transitabilidade no campus de uma instituição pública de ensino superior e constataram que há necessidades de alterações para propiciar à acessibilidade com segurança e comodidade. É preciso também, estabelecer mecanismos para que a biblioteca comunitária e o restaurante universitário façam parte da vivência universitária e no exercício de seus direitos constitucionais.

Na categoria quatro, *Evasão Universitária*, discutiu-se estudos que com a temática referente aos fatores que tornam a evasão de estudantes universitários com deficiência algo alarmante. As pesquisas mostraram que fatores associados ao abandono escolar deste público apresentaram aspectos parecidos aos dos discentes evadidos em geral, abrangendo questões como a dificuldade de conciliar estudo e trabalho. Porém, encontram-se aspectos que dizem respeito aos alunos com deficiência, tal como, a ausência do atendimento educacional especializado, inclusive domiciliar e hospitalar, além da acessibilidade.

Silva e Dore (2016) explicitam toda essa realidade em sua pesquisa realizada nas escolas técnicas federais de Minas Gerais, no período de 2007 a 2010. Cabe destacar que as autoras relataram avanços em direção à uma organização mais elaborada de uma rede federal de educação técnica inclusiva em Minas Gerais.

Já autores como Ziliotto, Souza e Andrade (2018) abordaram a temática da evasão universitária em relação aos alunos surdos ou com deficiência auditiva em uma Instituição de Ensino Superior privada, na qual não difere da pesquisa citada anteriormente em uma rede federal. A evasão se faz presente em todas as IES, os alunos em um modo geral e, em especial os com deficiência, tendem a deixar o âmbito acadêmico por falta de recursos que podem auxiliá-los durante esse percurso educacional.

Na categoria cinco, os trabalhos que abordam a temática a respeito do *Desenvolvimento social e/ou cognitivo*, discutem linhas de ação necessárias sobre o papel da Universidade na promoção do desenvolvimento social e cognitivo de pessoas com deficiências e outras necessidades especiais. Glat e Pletsch (2010) salientaram sobre a formação de professores e a produção de conhecimento na área da Educação Especial como caminhos que podem ajudar a refletir e até mesmo influenciar na efetivação de políticas voltadas para a inclusão laboral, escolar e social da população com deficiência.

Seguindo essa vertente, encontram-se pesquisas como a das autoras Costa e Kelman (2013), que destacaram a importância da educação bilíngue para o surdo, como um meio de mudanças nas representações que os surdos podem ter de si mesmos e sobre sua própria aprendizagem, fazendo com que essas pessoas possam se sentir valorizadas, capazes e iguais na sociedade.

Ainda pensando sobre a temática, mas por um olhar internacional, Orús (2009) descreve uma experiência realizada na Faculdade de Educação de Huesca, na Universidade de Zaragoza, na Espanha. A proposta pedagógica realizada nesta instituição de ensino buscava ajudar os acadêmicos com deficiência a se integrarem na sociedade aprimorando as partes cognitivas e sociais por meio de programas como o “Proyecto Vida Independiente”, “Workshop de Criação Literária”, entre outros que nos fazem refletir sobre a amplitude que a temática se encontra e que essa busca por um desenvolvimento deste público é algo pensado universalmente.

Por fim, na categoria seis, *Identidade*, encontramos trabalhos que abordam a experiência de estudantes com deficiência no ensino superior. Abordam como tem se dado esse ensino e a vivência do empoderamento desses alunos para um rompimento com o isolamento social. Nos estudos de Silva e Silva (2018) esta temática se aprofunda a partir da análise dos marcadores sociais da diferença nas IES no Brasil, exemplificando como um estudante negro e com deficiência se autoidentifica em determinados espaços acadêmicos que de certa forma o exclui por sua deficiência e em determinados aspectos o discrimina pela sua raça/cor. A produção deste trabalho surge para construir um material empírico que possa ajudar as IES a planejarem práticas positivas para uma interpretação crítica das identidades de seu alunado.

Abordando ainda esse aspecto, mas em outro viés, Andrade e Alencar (2017) trazem a questão da identidade surda em relação às projeções dos estudantes para o futuro, recomendando no âmbito educacional as escolas bilíngues como um espaço de interações linguísticas e desenvolvimento do potencial comunicativo das crianças surdas. Seguindo a concepção de identidade para o público surdo, Lana, Castro e Marques (2016) entrevistam uma professora surda

que leciona no Ensino Superior. Declara-se nas conversas que apesar de mudanças terem acontecido em relação ao acesso as Universidades e à formação docente para surdos, muitas reflexões e ações de reconhecimento e inserção dos surdos no ensino superior são necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos selecionados e analisados evidenciam a necessidade de novas investigações, além de desdobramentos das que já foram realizadas no âmbito da inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior. Glat e Pletsch (2010) destaca que o papel e responsabilidade social da universidade, se dá, dentre outros aspectos, na produção de conhecimento para a formulação e o debate crítico sobre as políticas educacionais.

A inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior já é uma realidade, mas é necessário conhecimento mais detalhado acerca do perfil desse alunado, em cada realidade local, de forma a promover ações de ensino, pesquisa e extensão, que valorizem e respeitem a diversidade, garantindo assim a permanência dos alunos na universidade e o término do curso.

Atualmente, pessoas com deficiência ainda são rotuladas como ineficientes, incapazes, inaptas a ingressar no ensino superior. É necessário desmistificar essa ideia e “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais” (ONU, 1999), ou seja, é preciso garantir direitos iguais de participação, de aprendizagem, de trabalho, entre outros. Neste sentido, se faz necessário oferecer recursos, metodologias ou tratamento diferenciado visando proporcionar condições adequadas. A indicação é que sejam mobilizados todos os investimentos que assegurem a equiparação de oportunidades.

Focalizar o processo educacional inclusivo de estudantes com deficiência no Ensino Superior, com ênfase no seu funcionamento, significa consolidar informações precisas para o sistema de Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

- ANACHE, A. A.; ROVETTO, S. S. M.; OLIVEIRA, R. A. Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior. *Revista Educação Especial*, v.27, n.49, p. 229-312. Santa Maria: 2014.
- ANDRADE, A. N.; ALENCAR, H. M. Aspectos da identidade de surdos no âmbito da formação superior. *Revista Educação Especial*, v. 30, n. 58, p. 471-484, maio/ago. Santa Maria: 2017.
- AUAD, J. C.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Educação Especial Superior: o exemplo da Universidade de Brasília. *Revista Educação Especial*, v. 22, n. 34, p. 213-224 maio/ago. Santa Maria: 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015*. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acessado em: 22 Abril, 2019.
- CAMBRUZZI, R. C. S.; COSTA, M. P. R.; DENARI, F. E. Acessibilidade de um cadeirante em uma instituição pública do ensino superior: rotas e rotinas. *Revista Educação Especial*, v. 26, n. 46, p. 351-366, maio/ago. Santa Maria: 2013.
- CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. *Revista Educação Especial*, n. 27, p. 85-92, Santa Maria: 2006.
- CORRÊA, J. R. S.; SANDER, R. E.; MARTINS, S. E. S. O. A percepção de universitários sobre a atuação do intérprete de libras no ensino superior. *Revista Educação Especial*, v. 30, n. 58, p. 529-540, maio/ago. Santa Maria: 2017.
- COSTA, S. S. C.; KELMAN, C. A. Representações sociais dos surdos do curso de graduação em letras-libras. *Revista Educação Especial*, v. 26, n. 46, p. 437-450, maio/ago. Santa Maria: 2013.
- DANTAS, T. C. Experiência de pessoas com deficiência no ensino superior: um olhar sobre a vivência de empoderamento e autoadvocacia. *Revista Educação Especial*, v. 31, n. 62, p. 525-538, jul./set. Santa Maria: 2018.
- DUARTE, E. R.; FERREIRA, M. E. C. Panorama da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior em Juiz de Fora, MG. *Revista Educação Especial*, v. 23, n. 36, p. 57-72, jan./abr. Santa Maria: 2010.
- FREITAS, M. G.; SILVA, L. C. O tratamento que a inclusão educacional do público da educação especial recebe nos Planos Institucionais de Desenvolvimento e Expansão (PIDEs) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). *Revista Educação Especial*, v. 31, n. 62, p. 513-524, jul./set. Santa Maria: 2018.
- GLAT, R.; PLETSCH, M. D. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. *Revista Educação Especial*, v. 23, n. 38, p. 345-356, set./dez. Santa Maria: 2010.
- LANA, Z. M. O.; CASTRO, F. G. A. S.; MARQUES, S. M. F. Memória e identidade docente de uma professora surda do Ensino Superior. *Revista Educação Especial*, v. 29, n. 54, p. 69-82, jan./abr. Santa Maria: 2016.
- MARQUES, L. S.; GOMES, C. Concordâncias/Discordâncias acerca do processo inclusivo no ensino superior: um estudo exploratório. *Revista Educação Especial*, v. 27, n. 49, p. 313-326, maio/ago. Santa Maria: 2014.
- MENDES, H. S. F.; BASTOS, C. C. B. C. Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná. *Revista Educação Especial*, v. 29, n. 54, p. 189-202, jan./abr. Santa Maria: 2016.
- MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. *Revista Educação Especial*, n. 25, p. 37-48, Santa Maria: 2005.
- ONU. Organização das Nações Unidas. Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Guatemala, 1999.
- ORÚS, M. L. Descripción de escenarios de aprendizajeservicioenla universidad. *Revista Educação Especial*, v. 22, n. 35, p. 267-280, set./dez. Santa Maria: 2009.
- PACHECO, R. V.; COSTAS, F. A. T.; O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. *Revista Educação Especial*, n. 27, p. 151-169, Santa Maria: 2006.

-
- PEREIRA, M. M. Inclusão no ensino superior: trajetórias acadêmicas dos alunos com deficiência que entraram na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul pelo sistema de cotas. *Revista Educação Especial*, v. 21, n. 32, p. 163-174, Santa Maria: 2008.
- PEREIRA, R. R.; SILVA, S. S. C.; FACIOLA, R. A.; PONTES, F. A. R.; RAMOS, M. F. H. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática. *Revista Educação Especial*, v. 29, n. 54, p. 147-160, jan./abr. Santa Maria: 2016.
- REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. C.; GLAT, R. A. Revista Brasileira de Educação Especial e a produção de conhecimento na área de comunicação alternativa e complementar de 2005 a 2011: o estado da arte. In: *Anais VI Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial*, Londrina/PR: 2011.
- REDIG, A. G.; BURKLE, T. S. A Educação Especial e Inclusiva na perspectiva da Revista Nova Escola: o estado da arte. In: *V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial*, Londrina/PR: 2009.
- ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G.; Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. *Revista Educação Especial*, v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. Santa Maria: 2019.
- RODRIGUES, D. A. Inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de uma Universidade Inclusiva. *Revista Educação Especial*, n. 23, p. 9-15, Santa Maria: 2004.
- SILVA, I. M. A.; DORE, R. A. Evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em Minas Gerais. *Revista Educação Especial*, v. 29, n. 54, p. 203-214, jan./abr. Santa Maria: 2016.
- SILVA, M. R. Análise bibliométrica da produção científica docente do programa de Pós-graduação em Educação Especial/UFSCar: 1998-2003. 2004. 168f. *Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial*, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- SILVA, V. C.; SILVA, W. S. Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro. *Revista Educação Especial*, v. 31, n. 62, p. 569-586, jul./set. Santa Maria: 2018.
- SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. In: *Einstein*. p. 102-106. Portugal: 2010.
- TASSA, K. O. M.; CRUZ, G. C. Formação docente e inclusão escolar em um curso de Licenciatura em Educação Física. *Revista Educação Especial*, v. 29, n. 54, p. 121-132, jan./abr. Santa Maria: 2016.
- ZILLOTTO, D. M.; SOUZA, D. J.; ANDRADE, F. I. Quando a inclusão não se efetiva: a evasão de alunos surdos ou com deficiência auditiva no ensino superior. *Revista Educação Especial*, v. 31, n. 62, p. 727-740, jul./set. Santa Maria: 2018.

RESUMO

As políticas educacionais atuais buscam desenvolver programas de formação escolar inclusivas que devem ser oferecidos em todos os níveis da educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (BRASIL, 1996), todavia, as Instituições de Ensino Superior ainda apresentam muitos obstáculos à inclusão. A presente investigação tem por objetivo analisar dentre as pesquisas publicadas na *Revista Educação Especial* de 2000 a 2019 (até o vol. 32), as que abordam a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. A escolha dessa revista se dá por sua relevância e a ampla divulgação consolidada sobre temáticas a respeito da educação especial. Concluímos que as reflexões a cerca dessa questão colaboram no sentido de avançarmos em pesquisas e estudos que contemplem ações que favoreçam o ingresso e permanência de alunos com deficiência no Ensino Superior.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Ensino Superior. Produção Científica. Inclusão.